

# Palácio dos Loucos

Tese investiga a construção e o funcionamento do Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, de 1850 a 1880

Hospício Pedro II (fonte: <http://ipubufrij.blogspot.com>)



**I**naugurado em dezembro de 1852, o Hospício Pedro II visava melhorar a situação dos alienados mentais que vagavam pelas ruas do Rio de Janeiro e dos pacientes que se encontravam reclusos nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia. Também conhecida como Palácio dos Loucos, a instituição atuou como a primeira voltada especialmente para o tratamento da loucura no Brasil, ocupando, na América Latina, a posição de principal estabelecimento direcionado a esse fim até o final do Segundo Reinado. O processo de construção e funcionamento desse hospício foi o objeto de estudo que a historiadora Monique de Siqueira Gonçalves escolheu para sua tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, defendida na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). O objetivo da pesquisa era analisar o desenvolvimento do conhecimento médico sobre as doenças nervosas no país, principalmente a alienação mental na Corte imperial no período de 1850 a 1880.

“No que tange ao funcionamento do primeiro asilo de alienados da América Latina, o Hospício Pedro II, muitos esforços foram realizados por parte dos médicos-diretores desse estabelecimento na busca pela configuração de um espaço que se dedicasse à cura de in-

divíduos acometidos pela loucura”, explica Monique. “No entanto, não estavam em jogo somente as prerrogativas médicas, que, naquele momento, ainda não haviam se consolidado no que concerne ao tratamento das moléstias mentais; passados os primeiros anos, pautados pelo otimismo em relação à função terapêutica do primeiro hospício da América Latina, tal instituição passaria a ser encarada, por diversos setores da sociedade, como um verdadeiro depósito de loucos incuráveis, à revelia de todo o empenho dos médicos responsáveis pelo serviço sanitário do estabelecimento”, completa.

Para o estudo, a historiadora utilizou como base diversas fontes, algumas delas inéditas, como relatórios da instituição, documentos oficiais e cartas dos diretores do hospício à provedoria da Santa Casa de Misericórdia, assim como debates da Academia Imperial de Medicina, artigos médicos publicados em periódicos especializados da época e teses sobre doenças nervosas defendidas no período na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. As informações obtidas ofereceram pistas sobre esses anos que constituem “os primórdios da medicina mental” no Brasil e, mais especificamente, sobre os argumentos utilizados pelos médicos para a construção do hospício. “Os maus tratos e a falta de um tratamento físico e moral condizente, de um médico especialista, de enfer-

meiros competentes e, sobretudo, de condições higiênicas adequadas ao tratamento de doentes constavam nas denúncias formuladas pelos membros da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que, a partir destas constatações, passavam a reivindicar a criação de um estabelecimento dedicado especialmente ao tratamento de alienados”, afirma a pesquisadora.

De acordo com Monique, apesar da construção do hospício ter sido motivada pela necessidade de ordenação social da cidade, em processo de urbanização crescente, foi grande a luta dos médicos do estabelecimento para que o local não se tornasse um asilo de inválidos superlotado. “No entanto, a demanda por atendimento a pacientes provenientes de todo o Império (e mesmo de outros países da América Latina) e o envio indiscriminado de doentes por parte de diversas autoridades fizeram com que, neste hospício, fosse sendo acumulada uma grande quantidade de indivíduos tidos como incuráveis, fato que acabava por inviabilizar a recepção de novos pacientes e impossibilitava a conformação de um espaço terapêutico”, elucida a pesquisadora.

Foi nesse contexto que, na década de 1860, começaram a surgir casas de saúde particulares voltadas para o tratamento de loucos, que ajudavam no enorme afluxo de alienados para a




Imagens reproduzidas da tese de Monique de Siqueira Gonçalves

capital. Estas instituições também serviam de espaços de internação para membros de famílias abastadas, que não queriam ver seus familiares misturados com outros doentes mentais de origem desconhecida dentro do Hospício Pedro II. “Nas propagandas das casas de saúde particulares, não era veiculada qualquer afirmação sobre a aplicação de substâncias medicamentosas, como verificado nos relatórios dos médicos-diretores do Hospício Pedro II”, comenta Monique. “Naquelas propagandas, somente se ressaltava a necessidade do isolamento, dos exercícios físicos e mesmo da repressão como forma de restabelecimento dos doentes”.

A fim de ampliar a discussão sobre o uso de substâncias medicamentosas no tratamento de algumas doenças nervosas e compreender melhor o debate médico a respeito delas no período estudado, Monique também avaliou, a partir da análise de teses

defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como a temática era encarada, naquele momento, no ambiente acadêmico. “A aplicação terapêutica fora, sem dúvida, um dos aspectos mais discutidos pelas teses dedicadas às ‘nevroses’. Se, por um lado, o tratamento moral só fora abordado em um trabalho, o tratamento medicamentoso e mesmo a hidroterapia seriam amplamente relacionados e indicados como os melhores meios de obtenção da cura”, destaca a pesquisadora. “Curioso, entretanto, é que, embora muitas teses se dedicassem à apresentação de uma ampla terapêutica medicamentosa, esta não estaria voltada para debelar distúrbios orgânicos específicos: a quase totalidade dos médicos, apesar da grande expectativa de que, um dia, fossem localizadas as lesões anatomopatológicas definidoras dos distúrbios mentais, até aquele momento, pouco havia sido descoberto, sendo os distúrbios morais aponta-

dos como os principais responsáveis pelos distúrbios nervosos”.

A historiadora ainda analisou matérias publicadas em periódicos médicos da Academia Imperial de Medicina. “Por meio dessa análise, foi possível perceber que os médicos, baseados, na maior parte das vezes, em teóricos franceses e ingleses, acionavam diversos referenciais na busca de respostas para uma série de questionamentos que pairavam sobre as manifestações nervosas”, comenta Monique. “Os assuntos referentes às ‘nevroses’ e à alienação mental, mesmo que esparsamente apontados no cotidiano acadêmico e no periodismo médico, demonstravam as indefinições próprias a esta área do conhecimento, que ainda buscava a solidificação de suas concepções mais gerais, principalmente no que se referia à ação dos agentes terapêuticos e à identificação da sede das doenças nervosas”, conclui a pesquisadora. 



Vista aérea do Palácio Universitário (UFRJ), antiga sede do Hospício Pedro II (foto: Wikipedia)